



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2017



Município de Zortéa

Data de Fundação – 29/12/1995

População: 3.300 habitantes

(IBGE - 2017)

PIB: 61,32 (em milhões)

(IBGE - 2015)



Prestação de Contas de Prefeito – Município de Zortéa – exercício de 2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
2.1 Indicadores Estatísticos	5
2.2. Plano Diretor	6
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro	16
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	20
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	22
5.1. Saúde	22
5.2. Ensino	24
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	24
5.2.2. FUNDEB	25
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	28
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	28
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	29
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	31
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	32
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	32
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	33
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	37
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	38
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	38

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) - CMI	40
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	40
8. POLÍTICAS PÚBLICAS	44
8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017- 2021.....	44
8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE.....	47
8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil	48
8.2.2. Taxa de atendimento em Creche	49
8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola	50
9. RESTRIÇÕES APURADAS.....	51
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2017	53
CONCLUSÃO.....	54
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	56
APÊNDICE	57

PROCESSO	PCP 18/00142851
UNIDADE	Município de Zortéa
RESPONSÁVEL	Sr. Alcides Mantovani - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2017
RELATÓRIO N°	660/2018

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Prefeito do Município de Zortéa, relativas ao exercício de 2017.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2017 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I, da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Zortéa, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 10/09/2018 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais dos municípios encaminhadas por meio do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

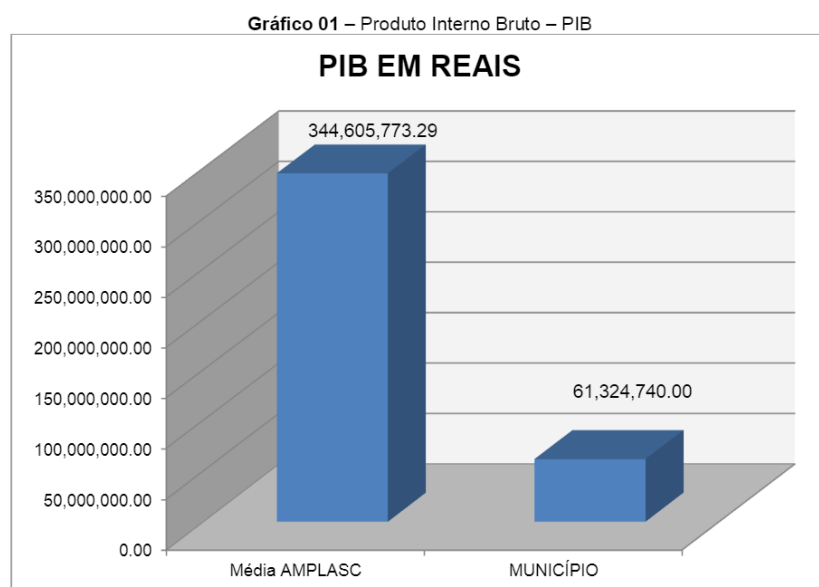
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma

consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Indicadores Estatísticos

O Município de Zortéa tem uma população estimada em 3.300¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,76². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 61.324.740,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 19.003,64, considerando uma população estimada em 2015 de 3.227 habitantes.



Fonte: IBGE – 2015

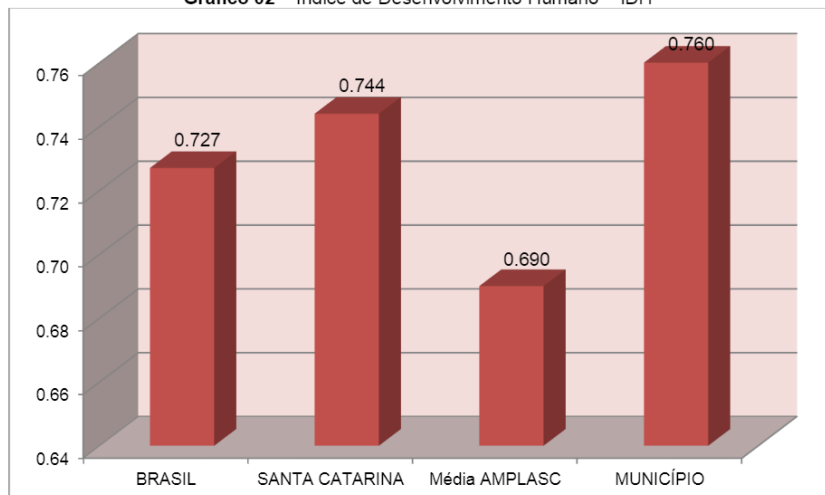
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Zortéa encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2017

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2015

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

2.2. Plano Diretor

O Plano Diretor, previsto no artigo 182 da Constituição Federal, foi regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades, cuja obrigatoriedade está definida no artigo 41 e o prazo para revisão consta do § 3º do artigo 40, a saber.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

[...]

§ 3º. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

De acordo com os enquadramentos que tornam a elaboração do Plano Diretor obrigatório e respectivo prazo para revisão, conforme disciplinado por meio da Lei Municipal (pelo menos a cada cinco anos), tem-se configurada a seguinte situação:

LEI	DATA	REQUISITOS DE ENQUADRAMENTO (Incisos do art. 41 da Lei Federal nº 10.257/01)	PRAZO PARA REVISÃO
005/2003	20/10/2003	II e IV	2008

Fonte: Resposta ao Ofício Circular TCE/DMU n.º 92/2018, fl. 171 do Processo em pauta.

Portanto, o Município possui Plano Diretor, no entanto, não houve a sua revisão nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 005/2003.

Obs.: Considera-se revisado o Plano Diretor, nos casos de alteração substancial do mesmo, inclusive com a realização de audiências públicas.

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS	DATA DAS AUDIÊNCIAS		
PPA 461/2013	16/08/2013	RECEITA ESTIMADA	15.670.000,00
LDO 550/2016	Não informada	DESPESA FIXADA	15.670.000,00
LOA 554/2016	Não informada		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Deficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 534.680,01**, correspondendo a **3,33%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Deficit de R\$ 534.680,01, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Deficit de R\$ 588.020,48 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superavit de R\$ 53.340,47.

Ressalta-se que o Deficit em questão foi totalmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.516.429,07), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2., deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2017

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	15.670.000,00	16.056.630,59	102,47
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	17.590.155,86	16.591.310,60	94,32
Deficit de Execução Orçamentária		534.680,01	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Zortéa nos últimos 5 anos:

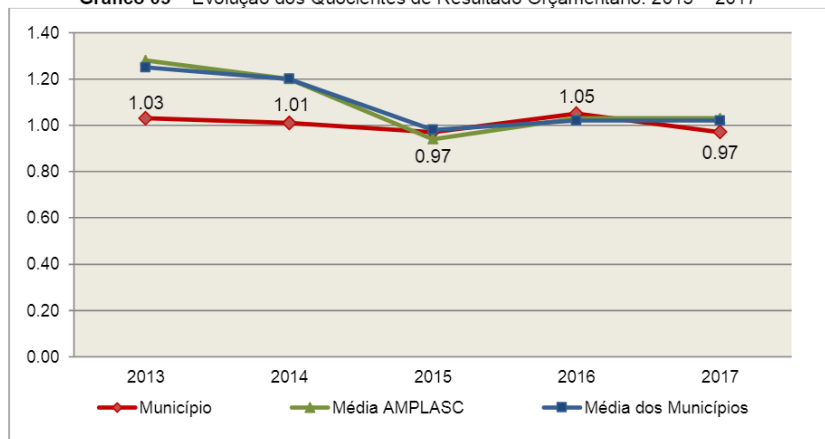
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2013-2017

ITENS / ANO	2013	2014	2015	2016	2017
1 Receita realizada	12.933.237,15	14.801.742,30	15.286.887,93	17.602.431,20	16.056.630,59
2 Despesa executada	12.546.287,96	14.674.258,60	15.726.913,04	16.735.740,52	16.591.310,60
QUOCIENTE	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Orçamentário (1+2)	1,03	1,01	0,97	1,05	0,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 16.056.630,59**, equivalendo a **102,47%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

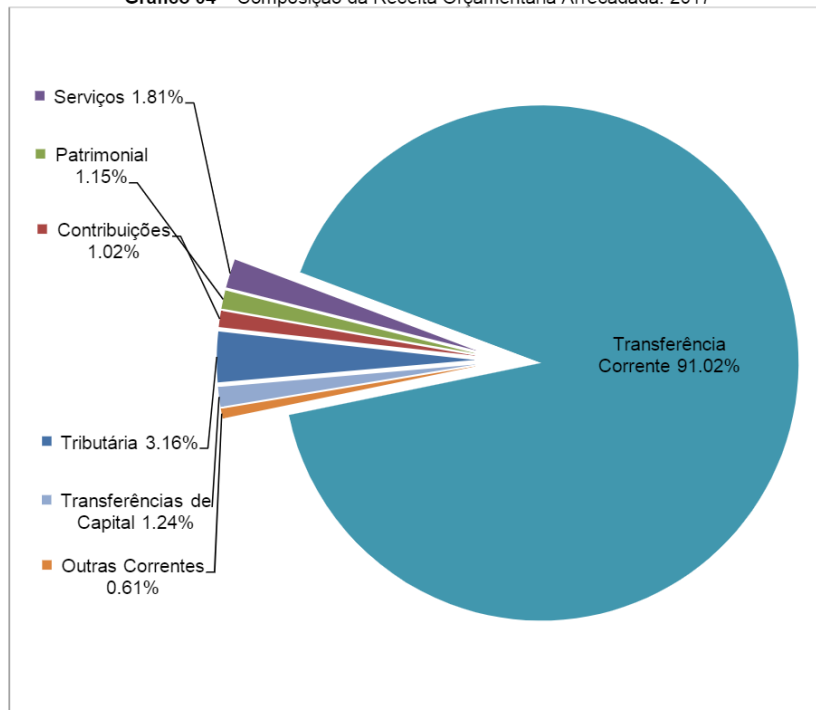
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2017

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADO	% ARRECADADO
Receita Tributária	632.080,00	507.042,64	80,22
Receita de Contribuições	186.000,00	163.320,41	87,81
Receita Patrimonial	125.640,00	184.063,10	146,50
Receita de Serviços	278.360,00	290.286,98	104,28
Transferências Correntes	14.338.840,00	14.615.390,68	101,93
Outras Receitas Correntes	79.080,00	97.786,77	123,66
RECEITA CORRENTE	15.640.000,00	15.857.890,58	101,39

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Transferências de Capital	30.000,00	198.740,01	662,47
RECEITA DE CAPITAL	30.000,00	198.740,01	662,47
TOTAL DA RECEITA	15.670.000,00	16.056.630,59	102,47

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2017

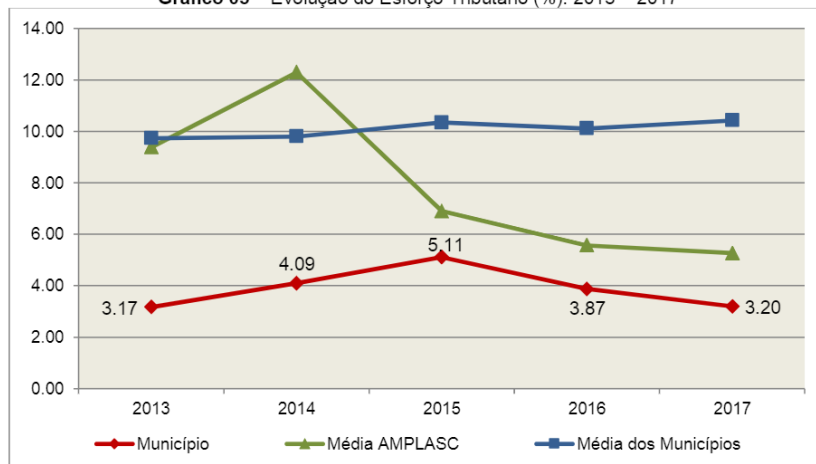


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **91,02%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2013 – 2017

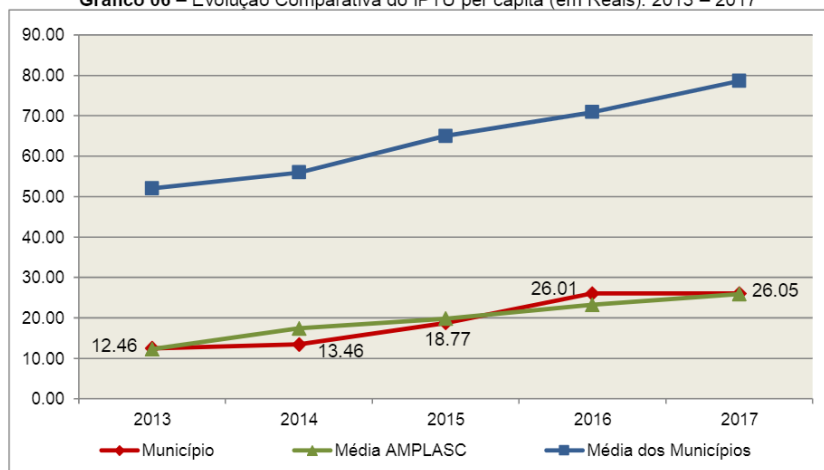


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

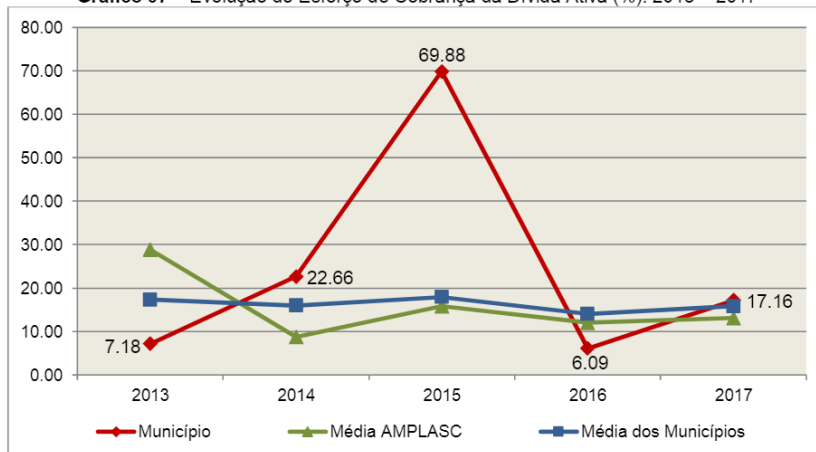
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2017

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
206.445,33	32.710,09	35.426,95	12.671,87	191.056,60

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2017

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	730.000,00	620.217,05	84,96
04-Administração	2.403.711,81	2.279.453,10	94,83
06-Segurança Pública	70.280,00	41.660,54	59,28
08-Assistência Social	843.240,00	649.143,04	76,98
10-Saúde	3.370.929,35	3.043.078,36	90,27
12-Educação	5.140.725,64	4.882.311,17	94,97
13-Cultura	188.000,00	186.577,21	99,24
15-Urbanismo	1.177.120,00	880.771,62	74,82

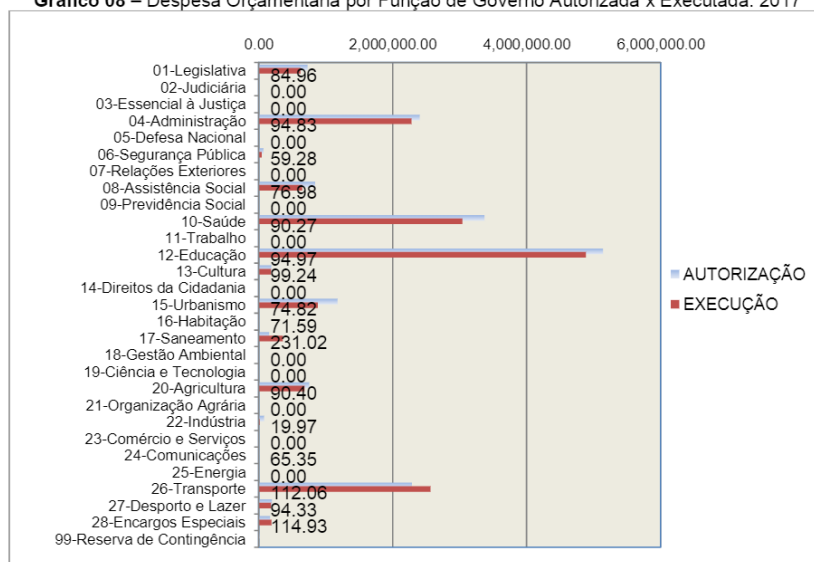
16-Habituação	2.000,00	1.431,80	71,59
17-Saneamento	156.348,19	361.193,48	231,02
20-Agricultura	754.240,00	681.817,92	90,40
22-Indústria	80.000,00	15.977,63	19,97
24-Comunicações	2.500,00	1.633,74	65,35
26-Transporte	2.288.360,87	2.564.233,68	112,06
27-Desporto e Lazer	198.000,00	186.782,33	94,33
28-Encargos Especiais	169.700,00	195.027,93	114,93
99-Reserva de Contingência	15.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	17.590.155,86	16.591.310,60	94,32

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2017



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2013 – 2017

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2013	2014	2015	2016	2017
01-Legislativa	550.746,72	566.012,46	609.194,90	644.263,19	620.217,05
04-Administração	1.990.194,32	2.393.836,04	2.324.354,84	2.483.802,71	2.279.453,10
06-Segurança Pública	29.168,43	21.221,09	22.726,24	30.508,14	41.660,54
08-Assistência Social	383.258,60	593.266,55	772.508,32	747.167,98	649.143,04
10-Saúde	2.529.710,48	2.555.911,31	2.742.221,38	3.011.113,10	3.043.078,36
12-Educação	3.167.053,11	4.499.049,35	4.762.896,07	5.140.628,14	4.882.311,17
13-Cultura	105.803,19	136.482,13	210.161,11	143.048,10	186.577,21
15-Urbanismo	421.209,67	385.535,16	530.341,42	784.767,14	880.771,62
16-Habituação	272,00	57.936,34	-	15.000,00	1.431,80
17-Saneamento	171.951,52	507.154,97	373.689,34	407.486,50	361.193,48
19-Ciência e Tecnologia	84.615,00	-	-	-	-
20-Agricultura	674.730,29	748.641,45	670.301,25	676.914,53	681.817,92
22-Indústria	-	-	52.384,87	-	15.977,63
23-Comércio e Serviços	3.087,00	-	-	-	-
24-Comunicações	-	1.881,46	2.478,98	2.152,48	1.633,74
25-Energia	322.308,25	-	-	-	-
26-Transporte	1.565.268,31	1.862.519,86	2.171.234,69	2.341.554,36	2.564.233,68
27-Desporto e Lazer	353.489,14	182.543,86	225.280,67	133.026,80	186.782,33
28-Encargos Especiais	193.421,93	162.266,57	257.138,96	174.307,35	195.027,93
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	12.546.287,96	14.674.258,60	15.726.913,04	16.735.740,52	16.591.310,60

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2017

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	85.973,90	0,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	170.264,31	1,44
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	163.259,69	1,38
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	56.414,10	0,48
Cota-Parte do ICMS	4.105.761,73	34,67
Cota-Parte do IPVA	211.318,06	1,78
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	59.753,74	0,50
Cota-Parte do FPM	6.370.494,35	53,79
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea "e" da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	292.783,86	2,47
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea "d" da C.F.	283.778,41	2,40
Cota-Parte do ITR	7.417,85	0,06
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	14.515,44	0,12
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	15.707,26	0,13

Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	6.114,21	0,05
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	11.843.556,91	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea "e" da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	292.783,86	
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea "d" da C.F.	283.778,41	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	11.266.994,64	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2017

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	18.014.492,32
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.156.601,74
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.857.890,58

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Zortéa (em Reais): 2017

ATIVO	2016	2017	PASSIVO	2016	2017
ATIVO CIRCULANTE	2.435.224,88	1.647.254,63	PASSIVO CIRCULANTE	742.423,60	1.036.638,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.258.735,15	1.474.139,56	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	632.066,83	945.857,93
Créditos a Curto Prazo	42.490,35	48.073,44	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	33.739,25	0,00
Dívida Ativa Tributária	36.533,42	39.887,81	Demais Obrigações a Curto Prazo	76.617,52	90.780,22
Dívida Ativa Não Tributária	5.956,93	8.185,63			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	125.440,96	125.041,63			
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	8.558,42	-			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.022.802,52	11.677.991,51	TOTAL DO PASSIVO	742.423,60	1.036.638,15
Ativo Realizável a Longo Prazo	163.954,98	142.983,16			
Créditos a Longo Prazo	163.954,98	142.983,16			
Dívida Ativa Tributária	163.954,98	143.095,92			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-	-112,76			
Imobilizado	9.858.847,54	11.535.008,35			
Bens Móveis	5.779.870,58	6.132.507,12			
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-4.261,04	-9.355,08			
Bens Imóveis	4.083.238,00	5.411.856,31	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.715.603,80	12.288.607,99
			Patrimônio Social e Capital Social	7.908.731,88	7.908.731,88
			Resultados Acumulados	3.806.871,92	4.379.876,11
			Resultado do Exercício	2.859.798,28	573.004,19
			Resultado de Exercícios Anteriores	947.073,64	3.806.871,92
TOTAL	12.458.027,40	13.325.246,14	TOTAL	12.458.027,40	13.325.246,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superavit Financeiro de **R\$ 981.749,06** e a sua correlação

demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,34** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 534.680,01** passando de um Superavit de R\$ 1.516.429,07 para um Superavit de **R\$ 981.749,06**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superavit de **R\$ 567.010,87**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2016 - 2017

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.982.875,50	1.478.614,03	-504.261,47
Passivo Financeiro	466.446,43	496.864,97	30.418,54
Saldo Patrimonial Financeiro ajustado	1.516.429,07	981.749,06	-534.680,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

Quadro 11–A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

Descrição	Valor (R\$)
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício anterior	216.563,21
Receitas Antecipadas Demais Unidades – Ajuste exercício anterior	64.170,24
Total excluído no Saldo Inicial do Ativo Financeiro	280.733,45
Prefeitura: Obrigação não reconhecida referente a contabilização indevida no exercício anterior de Compensação Previdenciária - Ajuste exercício atual (<i>Relatório DMU 1079/2017 – PCP 17/00168700</i>)	216.563,21
Demais Unidades: Obrigação não reconhecida referente a contabilização indevida no exercício anterior de Compensação Previdenciária - Ajuste exercício atual (<i>Relatório DMU 1079/2017 – PCP 17/00168700</i>)	64.170,24
Total acrescido no Saldo Final do Passivo Financeiro	*280.733,45

Obs.: *Com relação à obrigação não reconhecida referente a contabilização indevida no exercício anterior (2016) de Compensação Previdenciária da unidade Prefeitura Municipal e das demais unidades, vide restrição anotada no subitem 9.1.1 do item 9.1 – Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante à Câmara Municipal, ao Fundo Reequip. Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, às Autarquias e às Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Zortéa, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11-B – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	SUPERAVIT / DEFICIT
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-2.042.163,11	DEFICIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	4.707.096,26	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Deficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.894,09	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.148,45	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	21,04	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	9.443,79	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	8.997,95	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ -1.780.835,03	-23.285,33	DEFICIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 1.757.549,70		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	2,93	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-3.188,89	DEFICIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	34.411,68	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.104,15	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	191.240,84	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	55.442,82	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	-2.553,54	DEFICIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	458.212,84	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	17.419,93	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	16,33	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	10.359,98	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	981,88	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	4.625,57	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	3.439.229,66	
00 - Recursos Ordinários	-2.457.480,60	DEFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-2.457.480,60	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2013 – 2017

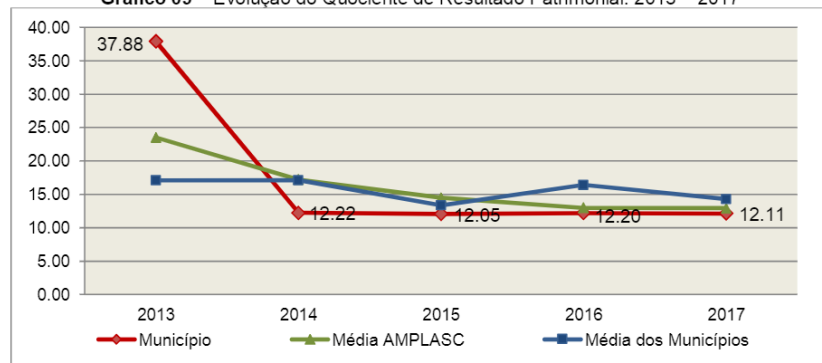
ITENS / ANO	2013	2014	2015	2016	2017
1 Despesa Executada	12.546.287,96	14.674.258,60	15.726.913,04	16.735.740,52	16.591.310,60
2 Restos a Pagar	71.092,76	556.177,86	11.325,00	389.828,91	125.351,30
3 Ativo Financeiro ajustado	1.053.321,72	1.744.887,73	982.325,07	1.982.875,50	1.478.614,03
4 Passivo Financeiro ajustado	190.949,58	655.110,28	332.586,68	466.446,43	496.864,97
5 Ativo Real	7.232.372,54	8.007.916,11	9.463.408,05	12.458.027,40	13.325.246,14
6 Passivo Real	190.949,58	655.110,28	785.021,39	1.021.160,41	1.100.190,52
QUOCIENTES	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Patrimonial (5+6)	37,88	12,22	12,05	12,20	12,11
Situação Financeira (3+4)	5,52	2,66	2,95	4,25	2,98
Restos a Pagar (2+1)*100	0,57	3,79	0,07	2,33	0,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente se apresentar inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2013 – 2017

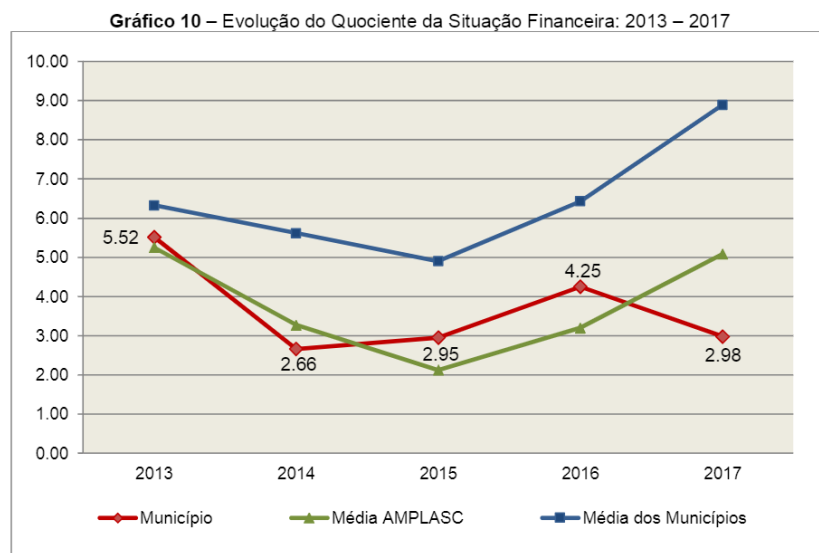


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2017 o Ativo Real apresenta-se **12,11** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

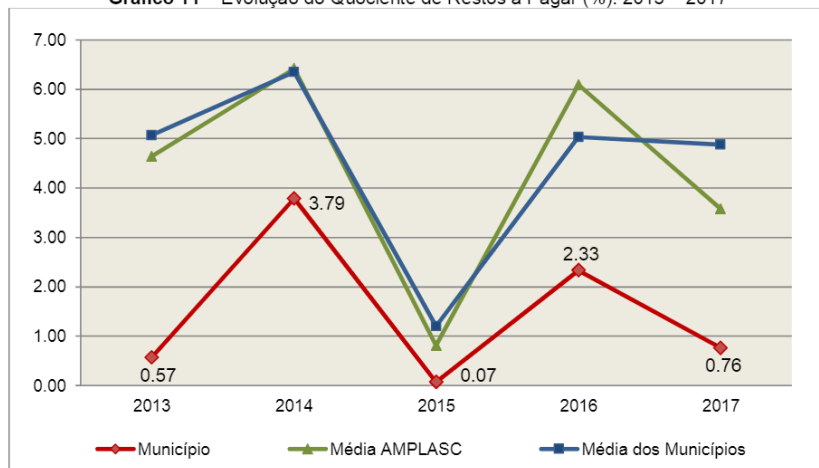
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município se apresenta Superavitária, sendo que no final do exercício de 2017 o Ativo Financeiro representa **2,98** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Zortéa é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,76%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2017 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.372.409,82** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,06%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 682.360,62**, representando **6,06%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2017

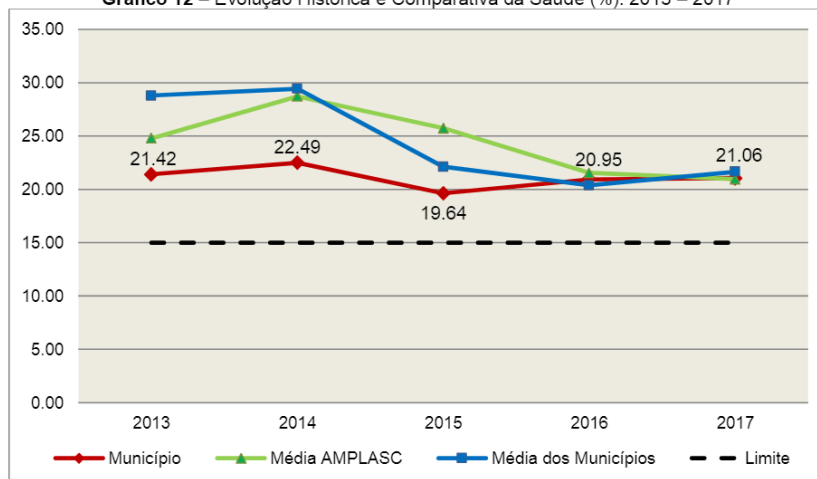
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.266.994,64	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.043.078,36	27,01
Atenção Básica	3.041.461,86	26,99
Vigilância Sanitária	1.616,50	0,01
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	670.668,54	5,95
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.372.409,82	21,06
Valor mínimo a ser aplicado	1.690.049,20	15,00
Valor acima do Limite	682.360,62	6,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Zortéa em 2017 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2017) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.321.173,32** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,04%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 360.284,09**, representando **3,04%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2017

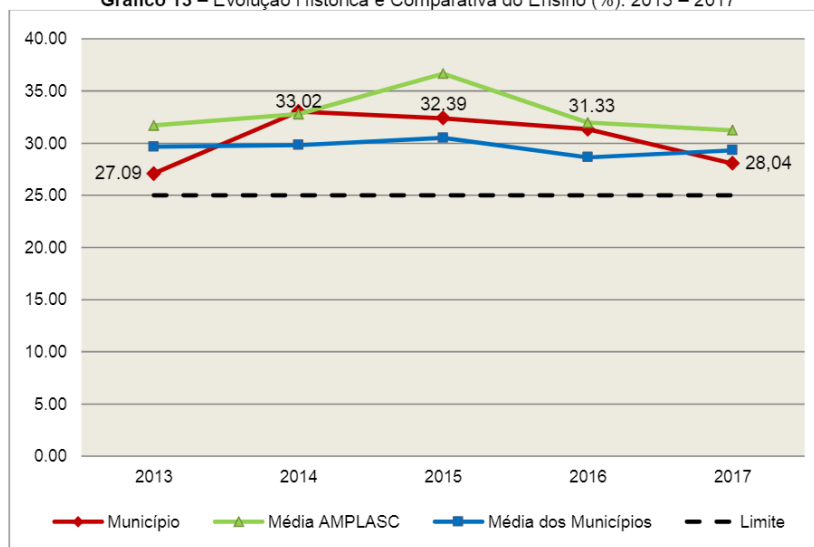
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.843.556,91	100,00
Valor aplicado Educação Infantil	915.549,62	7,73
Educação Infantil	915.549,62	7,73
Valor aplicado Ensino Fundamental	3.547.501,23	29,95
Ensino Fundamental	3.547.501,23	29,95
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	1.141.877,53	9,64
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.321.173,32	28,04
Valor mínimo a ser aplicado	2.960.889,23	25,00
Valor acima do Limite (25%)	360.284,09	3,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Zortéa em 2017 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.626.781,69**, equivalendo a **92,33%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2017

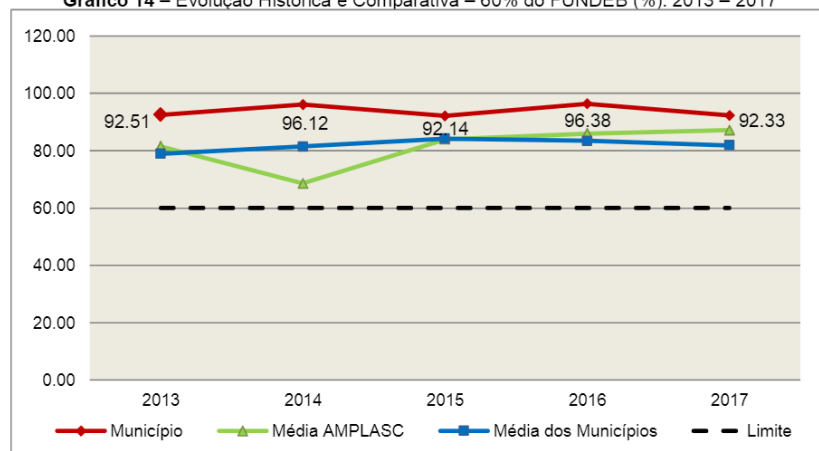
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.827.488,69
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	17.379,55
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	2.844.868,24
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.706.920,94
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB <i>(Total empenhado de R\$ 2.662.249,41, deduzido o valor de R\$ 35.467,72 de DDO sem disponibilidade financeira na FR 18 – cfe Apêndice)</i>	2.626.781,69
Valor acima do Limite	919.860,75

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta como restrição anotada no subitem 9.1.3 do item 9.1 - Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 - Restrições Apuradas, deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.781.330,05**, equivalendo a **97,77%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2017

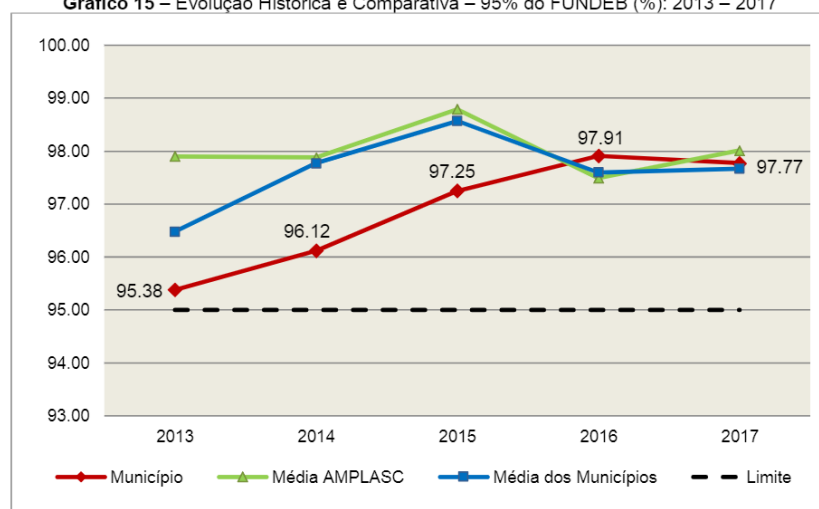
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.844.868,24
95% dos Recursos do FUNDEB	2.702.624,83
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB*	2.781.330,05
Valor acima do Limite	78.705,22

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Zortéa reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não utilizou, no 1º trimestre, o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, entretanto, abriu o crédito adicional no valor de **R\$ 77.942,34, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no subitem 9.1.4 do item 9.1 - Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório).

Superavit financeiro do FUNDEB em 31/12/2017: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16-A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2017	99.005,91
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	35.467,72
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	*63.538,19

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: *Registra-se que o saldo do FUNDEB diverge do apresentado no Apêndice deste Relatório, em razão dos ajustes efetuados pela Instrução.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2017

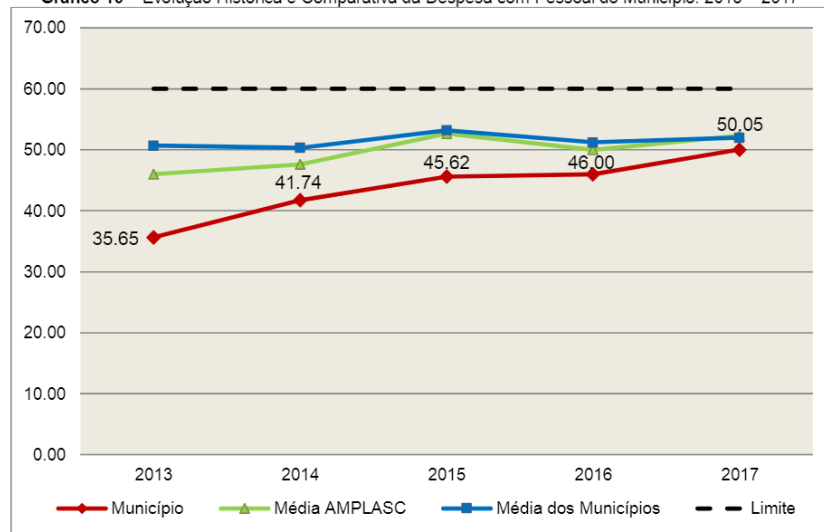
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.857.890,58	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.514.734,35	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.402.160,50	46,68
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	535.283,74	3,38
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	7.937.444,24	50,05
Valor abaixo do Limite (60%)	1.577.290,11	9,95

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **50,05%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Zortéa, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2017

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.857.890,58	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.563.260,91	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.402.160,50	46,68
Pessoal e Encargos*	7.402.160,50	46,68
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.402.160,50	46,68
Valor abaixo do Limite (54%)	1.161.100,41	7,32

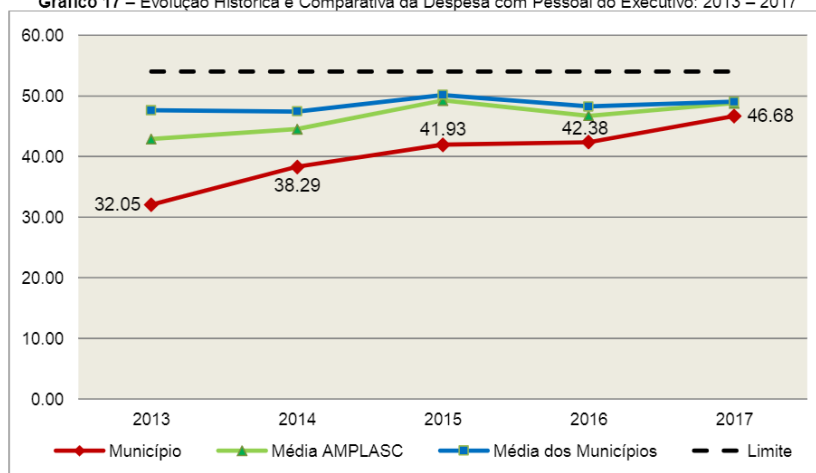
Fonte: * Sistema e-Sfinge/4 Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **46,68%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2017

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.857.890,58	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	951.473,43	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	535.283,74	3,38
Pessoal e Encargos*	535.283,74	3,38
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	535.283,74	3,38
Valor abaixo do Limite (6%)	416.189,69	2,62

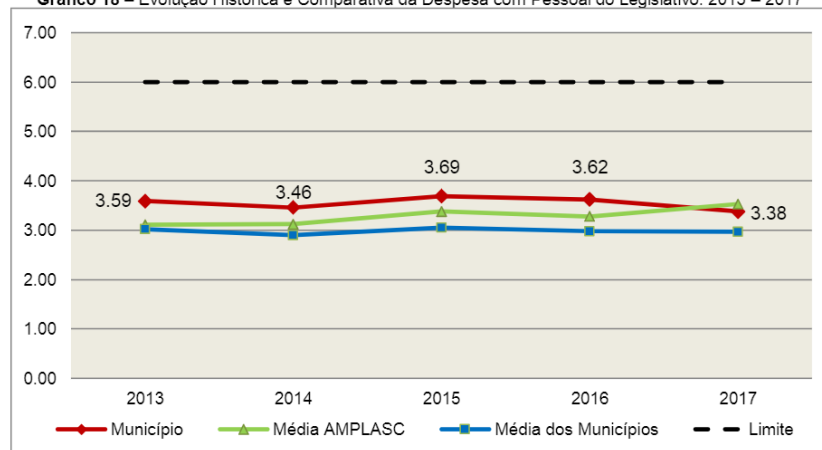
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,38%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2013 – 2017



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II, da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV, e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB foi enviado (fl. 143). Contudo, referido documento possui somente a assinatura do Presidente do Conselho e, sem a remessa da Ata da Reunião, não resta comprovado que o mencionado Parecer é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos

aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde foi enviado (fl. 144). Contudo, referido documento possui assinatura somente da Presidente do Conselho e, sem a remessa da Ata de Reunião, não resta comprovado que o mencionado Parecer é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o art. 7º, Parágrafo Único, inciso I, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi enviado (fl. 149). Contudo, referido documento possui assinatura somente da Presidente do Conselho e, sem a remessa da Ata da Reunião, não resta comprovado que o mencionado Parecer é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o art. 7º, Parágrafo Único, inciso II, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

Registra-se que não foi encaminhado a este Tribunal de Contas, o Plano de Ação e/ou Plano de Aplicação e também a avaliação do cumprimento destes referidos Planos.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que foi enviada Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social (fls. 145 e 146). Contudo, sem a remessa da Ata da Reunião, não resta comprovado que o mencionado documento é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o art. 7º, Parágrafo Único, inciso III, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar foi enviado (fl. 147). Contudo, referido documento possui assinatura somente da Vice-Presidente do Conselho e, sem a remessa da Ata da Reunião, não resta comprovado que o mencionado Parecer é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o art. 7º, Parágrafo Único, inciso IV, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) - CMI

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Prefeito do Município de **Zortéa**, constata-se que foi enviada Resolução do Conselho Municipal do Idoso (fl. 148). Contudo, sem a remessa da Ata da Reunião, não resta comprovado que o mencionado documento é fruto de deliberação colegiada do Conselho em comento, motivo pelo qual, considera-se como não atendido o art. 7º, Parágrafo Único, inciso V, da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, assim determina:

Art. 48. [...]

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

O conteúdo das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na LC nº 101/2000, alterada pelas LC's nºs 131/2009 e 156/2016, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Zortéa**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (art. 48, II, LRF alterada pela Lei Complementar n.º 156/2016)	Análise prejudicada em razão da data do acesso ao Portal da Transparência
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA (art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 05/02/2018 (Documento 1 dos Anexos deste Relatório).

Obs.: Vide restrição anotada no subitem 9.1.5 do item 9.1 - Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo SECCHI⁶, podemos conceituar política pública como: “uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público”.

As políticas públicas estão presentes principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, assistência social e meio ambiente, as quais existem em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Sendo que, utilizam-se dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária anual – LOA) para executá-las.

Neste universo serão realizadas avaliações quantitativas no que se refere às ações nas áreas de saúde e educação, por meio do monitoramento do Plano Nacional de Saúde - PNS – Pactuação Interfederativa 2017-2021 (Lei n.º 8.080/90, art. 15, VIII) e do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014), respectivamente.

8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021

No âmbito das políticas públicas de saúde, o Plano Nacional de Saúde - PNS está previsto na Lei n. 8.080/90, art. 15, VIII, e deve ser elaborado em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente alinhados com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

A vigência do plano é plurianual (2017 – 2021), e se constitui na base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde

⁶ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas

– SUS, com previsão para realizações das despesas nas Lei Orçamentárias Anuais.

Para o período de 2017-2021, as diretrizes, objetivos e metas da saúde foram definidas por meio da Pactuação Interfederativa, a qual inclui 23 indicadores que foram definidos em reunião ordinária pela Comissão Intergestores Tripartite⁷, em novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016, por meio da Resolução n.º 8, de 24/11/2016.

Esta pactuação se dá pela conexão entre os três níveis de governo, contemplando, inclusive a constituição de redes de atenção à saúde, numa negociação consensual entre os gestores, oportunidade em que se define a agenda de prioridade, traduzidas pelas diretrizes, objetivos, metas e indicadores.

O monitoramento e avaliação das diretrizes mostra-se fundamental para o acompanhamento da execução em nível local quanto ao cumprimento das metas pactuadas, as quais são avaliadas por meio dos indicadores previamente estabelecidos.

Nesse sentido, apresenta-se a avaliação das metas pactuadas pelo Município de **Zortéa**, referente ao exercício de 2017.

Quadro 21 – Cumprimento Avaliação das Metas Pactuadas no Plano Nacional de Saúde: 2017

INDICADORES	META 2017	RESULTADO	SITUAÇÃO VERIFICADA
1 – Mortalidade Prematura: a) Para município e região com menos de 100 mil habitantes: Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). b) Para município e região com 100 mil ou mais habitantes, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	0.00	4.00	Não Atingiu
2 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100.00	ND	Análise Prejudicada
3 - Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	100.00	94.12	Não Atingiu
4 – Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	90.00	100.00	Atingiu

⁷ Lei Federal nº 12.466/2011 e Decreto Federal nº 7508/2011

5 – Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	100.00	ND	Análise Prejudicada
6 – Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das cortes.	100.00	ND	Análise Prejudicada
7 – Número de casos autóctones de malária.	Não aplicável à SC	Não aplicável à SC	Não aplicável
8 – Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	0.00	ND	Análise Prejudicada
9 – Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0.00	ND	Análise Prejudicada
10 – Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	90.00	30.03	Não Atingiu
11 – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0.80	0.53	Não Atingiu
12 – Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0.60	0.79	Atingiu
13 – Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar.	20.00	18.60	Não Atingiu
14 – Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	22.72	16.28	Atingiu
15 – Taxa de mortalidade infantil.	0.00	ND	Análise Prejudicada
16 – Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	0.00	ND	Análise Prejudicada
17 – Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	100.00	100.00	Atingiu
18 – Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	75.00	ND	Análise Prejudicada
19 – Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	100.00	100.00	Atingiu
20 – Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano.	85.00	100.00	Atingiu
21 – Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.	N/A	N/A	Não aplicável
22 – Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	4.00	ND	Análise Prejudicada
23 - Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	0.00	ND	Análise Prejudicada

Fonte: http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?PACTO_2017-2021/DEF/pacto_2017-2021
 Última atualização fevereiro/2018 e levantamento da DIN/TCESC

Paralelamente as Políticas Públicas da Saúde delineadas no Plano Nacional de Saúde – PNS, o Governo Federal aderiu a Agenda 2030, aprovada em Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas – ONU, denominada “Transformando Nosso Mundo”, a qual estabelece 17 (dezessete) objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, divididos em 169 (cento e sessenta e nove) metas, sendo que, na área da saúde temos o objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar.

Em outubro de 2016, o Governo Federal por meio do Decreto n.º 8.892/16 criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030. O envolvimento no âmbito municipal é enfatizado pelo referido diploma normativo, que inclusive reserva, nos termos do art. 3º, a participação de 1 (um) representante, titular e suplente, do nível de governo municipal na Comissão Nacional.

Considerando tratar-se de uma diretriz nacional, alinhada a uma agenda global, proposta para melhoria do desenvolvimento sustentável do planeta a longo prazo, é de suma importância que os Municípios adotem medidas para incluir em suas políticas públicas de saúde, além do planejamento e execução do Plano Nacional de Saúde, também, contemplem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE

No contexto das Políticas Públicas o Plano Nacional de Educação - PNE teve a sua importância reconhecida principalmente após o advento da Emenda Constitucional n.º 59/2009, onde passou a ser exigência constitucional com periodicidade decenal, tornando-se assim o norteador do Sistema Nacional de Educação, uma vez que, todas as esferas do governo (União, Estados e Municípios) devem pautar as suas ações em Educação alinhadas ao PNE.

Referido Plano teve a sua aprovação pela Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014 com vigência de 10 anos e apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias com abrangência em todos os níveis de ensino.

Sendo que, as diretrizes foram estabelecidas no art. 2º do PNE e são as seguintes:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

- Melhoria da qualidade da educação;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- Valorização dos (as) profissionais da educação;
- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As Metas e Estratégias estão discriminadas no Anexo da referida Lei, todavia, considerando a complexidade das mesmas e prazo de dez anos para executá-las, tem-se que no exercício em análise será efetuado o monitoramento da Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Os dados populacionais foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC.

Destaca-se que a metodologia aplicada para os monitoramentos se encontram discriminadas nos itens seguintes.

8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil

A educação infantil tem sua conceituação e finalidade definida no artigo 29 da Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Constituindo a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade”. É oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30, I), e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (art. 30, II).

Para avaliar a primeira Meta prevista da Lei Federal n.º 13.005/2014, e em respeito ao que dispõe o art. 4º da Lei do PNE, passa-se a apresentar o cálculo das taxas de atendimento em Creche e na Pré-escola no Município de Zortéa.

Ressalta-se que os dados das matrículas em Creches (crianças até 3 anos em 2017) e na Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos em 2017) foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

Registre-se que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percentual previsto no Plano Nacional de Educação, enquanto que a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga em Creches e/ou Pré-escolas. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Nacional de Educação e em seu Plano Municipal e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese de que o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não ser suficiente para atender toda a demanda.

8.2.2. Taxa de atendimento em Creche

O atendimento da educação infantil em Creche, em regra, deve-se dar para as crianças de até 03 (três) anos de idade e a parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”.

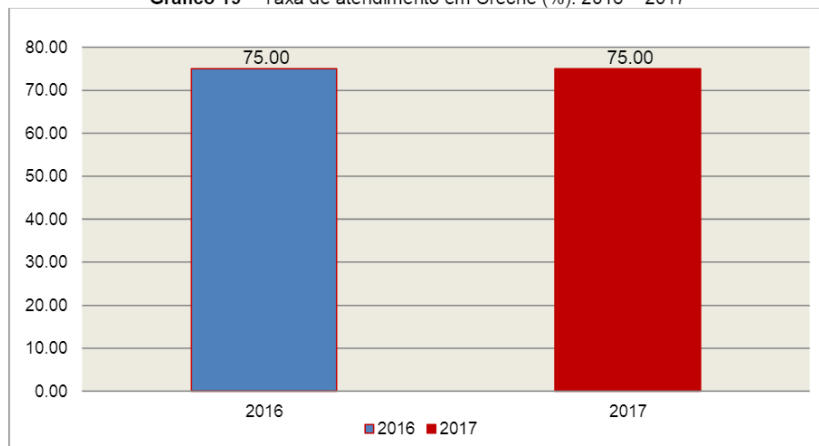
Para avaliação do alcance da parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas em Creches, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (0 a 3 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1B: CRECHES

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche} \times 100}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}}$$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Zortéa, a Taxa de Atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches no referido Município, em 2017, foi de 75,00%, estando **DENTRO** do percentual mínimo previsto para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 19 – Taxa de atendimento em Creche (%): 2016 – 2017



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Zortéa em 2017 igualou sua taxa de atendimento em Creche, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola

O atendimento da educação infantil na Pré-escola deve-se dar para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e a parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

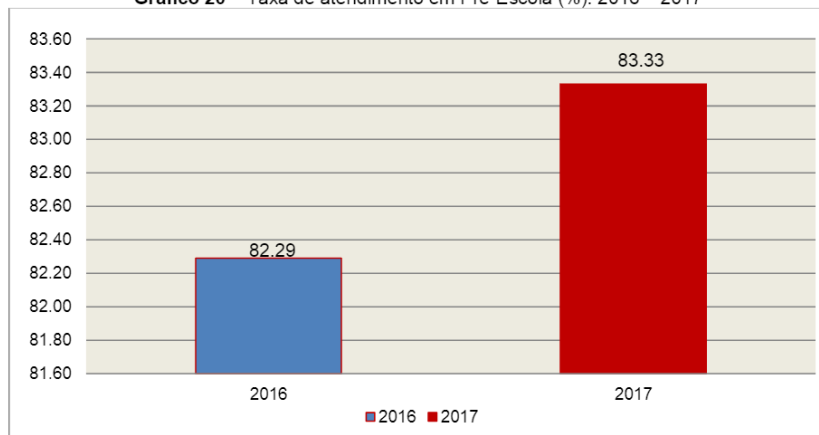
Para avaliação do alcance da parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas na Pré-escola, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (4 a 5 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1A: PRÉ-ESCOLA

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{População de 4 e 5 anos que frequenta a Pré-escola}}{\text{População de 4 e 5 anos de idade}} \times 100$$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Zortéa, a Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola no referido Município, em 2017, foi de 83,33%, estando **FORA** da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 20 – Taxa de atendimento em Pré-Escola (%): 2016 – 2017



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Zortéa em 2017 aumentou sua taxa de atendimento na Pré-escola, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência de reconhecimento no exercício em análise (2017) de obrigação referente à contabilização indevida no exercício anterior (2016) de Compensação Previdenciária, no montante de **R\$ 280.733,45**, sem homologação da Receita Federal ou decisão judicial transitada em julgado, caracterizando afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 11-A do item 4.2., deste Relatório);
- 9.1.2 Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor nas Fontes de Recursos - FR's: **00 - R\$ 2.210.347,60**, **01 - R\$ 2.030.851,16**, **32 - R\$ 3.188,89** e **37 - R\$ 2.406,79**, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);

- 9.1.3 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.1.);
- 9.1.4 Abertura de crédito adicional no valor de **R\$ 77.942,34**, no primeiro trimestre de 2017, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, sem evidenciação de realização da despesa, em descumprimento ao previsto no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2., limite 3); e
- 9.1.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Quadro 20 do Capítulo 7 e Documento 1 dos Anexos deste Relatório).
- 9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR
- 9.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.2.);
- 9.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.3.);
- 9.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.4.);
- 9.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.5.); e
- 9.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.6.).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2017

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Deficit totalmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior	R\$ 534.680,01
3) Resultado Financeiro	Superavit	R\$ 981.749,06
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	21,06%
4.2) Ensino	25,00%	28,04%
4.3) FUNDEB	60,00%	92,33%
	95,00%	97,77%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	50,05%
b) Poder Executivo	54,00%	46,68%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,38%
4.5) L.C. N° 131/2009 e DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando que foi efetuada a análise pelo Corpo Técnico quanto ao cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2017 do Município de Zortéa**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e de Ordem Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos itens **9.1** e **9.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Órgão Central de Controle Interno que adote providências junto ao Setor Contábil do Município para a correção nos registros da contabilidade atual da irregularidade quanto à Compensação Previdenciária ocorrida no exercício anterior;

III – **RECOMENDAR** ao Órgão Central de Controle Interno que atente para o cumprimento do inciso X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015, no que diz respeito à aplicação mínima dos recursos do FUNDEB;

IV - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010; e

V - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 24/10/2018.

DANIEL CARDOSO GONÇALVES
Auditor Fiscal de Controle Externo

EDSON JOSE SEHNEM
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 24/10/2018.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

MOISÉS HOEGENN
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	Valor (R\$)
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	670.668,54
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	670.668,54

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	Valor (R\$)
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	6.887,88
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	426.551,50
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	19.713,48
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira (<i>Documento 2 dos Anexos deste Relatório</i>)	458,17
Resultado líquido das transferências do Fundeb	670.886,95
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	17.379,55
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	1.141.877,53

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.827.488,69
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	17.379,55
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2017	99.005,91
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	35.467,72
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2017	2.781.330,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2017	301	53.497,65	53.497,65	53.497,65
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2017	301	615.554,39	615.554,39	607.435,22
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2017	304	1.616,50	1.616,50	1.616,50
TOTAL			670.668,54	670.668,54	662.549,37

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1501	19/06/2017	LERIO BONATO SHOW E SONORIZACAO LTDA	600,00	600,00	600,00	VLR REF A SERVIÇOS PRESTADOS NA SONORIZACAO DA FESTA JUNINA, REALIZADA PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, REALIZADO NO DIA 11 DE JUNHO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1406	06/06/2017	LM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES LTDA	254,64	254,64	254,64	VLR REF AQUISICAO DE BRINQUEDOS DIVERSOS (JOGO DA MEMORIA, BOLA BRAZINHA, MOTO DE PLASTICO, MOTO DE PLASTICO, CONJUNTO MAQUIAGEM, CARRINHO, ESPELHO, BOLICHE, PANDEIRO, JOGO DE BOTÃO), PARA REALIZACAO DA PESCARIA DA FESTA JUNINA DAS ESCOLAS DA REDE MUN DE ENSINO, QUE ACONTECERA NO DIA 11 DE JUNHO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	701	04/04/2017	JAIRO ANTONIO DALAVECHIA - EPP	183,20	183,20	183,20	VLR REF AQUISICAO DE EMBALAGENS E LACO FACIL, PARA MONTAGEM DE CESTAS DE PASCOA QUE SERAO DISTRIBUIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUN DE ENSINO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1407	06/06/2017	H E DISTRIBUIDORA LTDA	552,75	552,75	552,75	VLR REF AQUISICAO DE EMBALAGENS (COPO TERMICO, ESPETINHO BAMBU, GUARDANAPO, SACO PAPEL, PAPEL TOALHA, PARTO BRANCO, CAIXA PÍDOCE, EMBALAGEM CACHORRO QUENTE, EMBALAGEM PIPOÇA) PARA USO NA FESTA JUNINA A SER REALIZADA PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	754	10/04/2017	BIG ZITOS ATACADISTA DE ALIMENTOS, BEBIBAS E EMBAL	4.447,79	4.447,79	4.447,79	VLR REF AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (BALAS TOFFE, BATON AO LEITE, BILUZITOS, GOMA AMERICANA, OVOLOS, PASTILHAS MINI, PIRULITO POP, MANIA MORANGO/CHERRY/NAPOLITANO, STICK LOOK WAFER CHOCOLATE/BEIJINHO, ATREVIDOS, TORTUGUITAS, WAFER CHOC/AVELA), PARA MONTAGEM DE CESTAS DE PASCOA A SER DISTRIBUIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUN DE ENSINO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1467	13/06/2017	SALETE INELVE BELTRAME TEIXEIRA - ME	39,60	39,60	39,60	VLR REF AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CHOCOLATE GRANULADO), PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO C.E.I. ESTRELA DO AMANHA. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1031	08/05/2017	COMERCIO DE ROUPAS MJ LTDA- ME	109,90	109,90	109,90	VLR REF AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS (JOGO DE BANHEIRO, JOGO DE COZINHA, TAPETE, TOALHA DE MESA, FAQUEIRO), PARA SORTEIO A REALIZAR-SE NA HOMENAGEM EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS MÃES REALIZADAS PELAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO DIA 09 DE MAIO. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1231	23/05/2017	URMANN CONFECOES LTDA - ME	630,00	630,00	630,00	VLR REF AQUISIÇÃO DE SESSENTA BOLSAS FEMININAS, PARA DISTRIBUIÇÃO AS PROFESSORAS MÃES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS MÃES. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1432	07/06/2017	SO FILE CONFECOES LTDA - ME	70,00	70,00	70,00	VLR REF AQUISIÇÃO DE VINTE CHAPEUS DE PALHA DESFIADO PARA REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.
TOTAL						6.887,88	6.887,88	6.887,88	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2017	361	129.873,30	129.873,30	129.873,30
36 - Salário-Educação	2017	361	268.908,50	268.908,50	268.908,50
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2017	361	27.769,70	27.769,70	27.769,70
TOTAL			426.551,50	426.551,50	426.551,50

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2237	23/08/2017	CHURRASCARIA BUGANCA LTDA	26,50	26,50	26,50	VLR REF A DESPESA COM ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) DO SERVIDOR JOACIR KANTOVICK-MOTORISTA, EM VIAGEM A CAMPOS NOVOS-SC, TRANSPORTANDO ATLETAS PARA PARTICIPAREM DO JESC NO DIA 23/08. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2474	06/09/2017	CHURRASCARIA BUGANCA LTDA	30,50	30,50	30,50	VLR REF A DESPESA COM ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) DO SERVIDOR JOACIR KANTOVICK-MOTORISTA, EM VIAGEM A MONTE CARLO-SC, TRANSPORTANDO INTEGRANTES DA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO QUE ESTIVERAM PARTICIPANDO DO ATO CÍVICO NO MUNICÍPIO DE ZORTEA NO DIA 07/09. CFE AUTORIZAÇÃO EM ANEXO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3636	06/12/2017	MARISETE APAR. PEREIRA SUSIN	175,00	175,00	175,00	VLR REF A MEIA DIARIA ASERVIDORA MARISETE SUSIN-SEC DE EDUCACAO, EM VIAGEM A INDAIAL-SC, PARA AQUISICAO DE BRINQUEDOS A SEREM DISTRIBUIDOS AS CRIANCAS DO MUNICIPIO NAS FESTIVIDADES NATALINAS, NO DIA 07 DE DEZEMBRO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1081	10/05/2017	TRANSPORTES NATALIO LTDA - ME	1.326,00	1.326,00	1.326,00	VLR REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR (EMERGENCIAL) DE ALUNOS FREQUENTADORES DA APAE-ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DA CIDADE DE CAPINZAL-SC, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1518	20/06/2017	TRANSPORTES NATALIO LTDA - ME	1.841,28	1.841,28	1.841,28	VLR REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR (EMERGENCIAL) DE ALUNOS FREQUENTADORES DA APAE-ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DA CIDADE DE CAPINZAL-SC, DOS DIAS 22/05 A 31/05, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1752	06/07/2017	TRANSPORTES NATALIO LTDA - ME	3.757,50	3.757,50	3.757,50	VLR REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR (EMERGENCIAL) DE ALUNOS FREQUENTADORES DA APAE-ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DA CIDADE DE CAPINZAL-SC, RE AO MES DE JUNHO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3375	13/11/2017	MARIZA LINKE 08869583937	25,00	25,00	25,00	VLR REF AQUISICAO DE AGUA MINERAL, PARA AUTORIDADES QUE COMPORAM O PALAQUE OFICIAL DO DESFILE DE SETE DE SETEMBRO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3759	14/12/2017	CAMPOS NOVOS EMBALAGENS LTDA - ME	124,50	124,50	124,50	VLR REF AQUISICAO DE EMBALAGENS (SACOS METALICOS), PARA EMBALAGENS DE PRESENTES A SEREM DISTRIBUIDAS AS CRIANCAS DO MUNICIPIO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3626	05/12/2017	CAMPOS NOVOS EMBALAGENS LTDA - ME	118,00	118,00	118,00	VLR REF AQUISICAO DE EMBALAGENS (SACOS PLASTICOS), PARA CONFECCAO DE CESTAS NATALINAS A SEREM DISTRIBUIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUN DE ENSINO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1885	18/07/2017	MERCADO MUNARI LTDA - ME	849,77	849,77	849,77	VLR REF AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (AMIDO DE MILHO, BANHA, BEBIDA LACTEA, CANELA EM RAMA, CANJICUINHA, CARNE BOVINA, LEITE, NOZ MOSCADA, PRESUNTO), PARA USO NA MERENDA DO G.E.M. HORIZONTE NI EII, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3604	01/12/2017	BIG ZITOS ATACADISTA DE ALIMENTOS, BEBIBAS E EMBAL	1.852,33	1.852,33	1.852,33	VLR REF AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (BALAS, MORANGUETE, PAPAÍ NOEL, PIRULITO, TORTUGUITA...), PARA MONTAGEM DE CESTAS DE NATAL A SER DISTRIBUIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUN DE ENSINO, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	2472	06/09/2017	BANDA ATIVA UNIFORMES EIRELI - ME	7.989,90	7.989,90	7.989,90	VLR REF AQUISICAO DE TRINTA UNIFORMES (CALÇA, TUNICA, SAPATO E CHAPELQUEPE, CONFECCIONADOS NAS CORES BRANCO E AZUL, E OS BORDADOS E BOTOES EM DOURADO; A SEREM UTILIZADOS NO DESFILE CIVICO PELOS INTEGRANTES DA FANFARRA, CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1931	25/07/2017	EDIPO CHAVES STOPASSOLA 07739088978	16,00	16,00	16,00	VLR REF AQUISICAO DE VINTE CAPAS PARA CARTERINHA (TRANSPORTE DE ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO), CFE AUTORIZACAO EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Zortéa	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2970	11/10/2017	JAIRO ANTONIO DALAVECHIA - EPP	1.581,20	1.581,20	1.581,20	VLR REF AQUISICAO DE MATERIAIS DE DISTRIBUICAO - BOLSA CARTEIRA MASCULINA E FEMININA PARA DISTRIBUICAO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR, CFE AUTORIZACAO ANEXA.
TOTAL						19.713,48	19.713,48	19.713,48	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERAVIT/ DEFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	*AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS		
00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
01	** -2.030.851,16	905,11	0,00	458,17	-9.948,67	-2.042.163,11	0,00	0,00	-2.042.163,11	DEFICIT	
02	4.790.651,44	14.303,90	11.287,28	0,00	-57.964,00	4.707.096,26	0,00	0,00	4.707.096,26	SUPERAVIT	
03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT	
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT	
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT	
06	9.035,89	0,00	0,00	7.141,80	0,00	1.894,09	0,00	0,00	1.894,09	SUPERAVIT	
07	5.148,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.148,45	0,00	0,00	5.148,45	SUPERAVIT	
08	21,04	0,00	0,00	0,00	0,00	21,04	0,00	0,00	21,04	SUPERAVIT	
09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT	
10	9.443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	9.443,79	0,00	0,00	9.443,79	SUPERAVIT	
11	8.997,95	0,00	0,00	0,00	0,00	8.997,95	0,00	0,00	8.997,95	SUPERAVIT	
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT	





18	-1.658.543,79	35.467,72	0,00	0,00	-86.823,52	-1.780.835,03	0,00	0,00	***-1.780.835,03	DEFICIT
19	1.757.549,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.757.549,70	0,00	0,00	***1.757.549,70	SUPERAVIT
31	2,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2,93	0,00	0,00	2,93	SUPERAVIT
32	** -3.188,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.188,89	0,00	0,00	-3.188,89	DEFICIT
33	34.411,68	0,00	0,00	0,00	0,00	34.411,68	0,00	0,00	34.411,68	SUPERAVIT
34	5.104,15	0,00	0,00	0,00	0,00	5.104,15	0,00	0,00	5.104,15	SUPERAVIT
35	193.474,54	778,18	685,80	0,00	-769,72	191.240,84	0,00	0,00	191.240,84	SUPERAVIT
36	55.442,82	0,00	0,00	0,00	0,00	55.442,82	0,00	0,00	55.442,82	SUPERAVIT
37	** -2.406,79	146,75	0,00	0,00	0,00	-2.553,54	0,00	0,00	-2.553,54	DEFICIT
38	478.274,19	5.735,94	8.119,17	0,00	-6.206,24	458.212,84	0,00	0,00	458.212,84	SUPERAVIT
39	17.419,93	0,00	0,00	0,00	0,00	17.419,93	0,00	0,00	17.419,93	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
63	16,33	0,00	0,00	0,00	0,00	16,33	0,00	0,00	16,33	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	13.349,98	0,00	0,00	2.990,00	0,00	10.359,98	0,00	0,00	10.359,98	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT





84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	981,88	0,00	0,00	0,00	0,00	981,88	0,00	0,00	981,88	0,00	SUPERAVIT
89	4.625,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.625,57	0,00	0,00	4.625,57	0,00	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	3.688.961,63	57.337,60	20.092,25	10.589,97	-161.712,15	3.439.229,66	0,00	0,00	3.439.229,66		

Obs.: *Ajustes nas FR's 01, 02, 18, 35 e 38, referem-se à Compensação Financeira do INSS, conforme exposto no Quadro 11-A do item 4.2. e, consta como restrição no subitem 9.1.1 do item 9.1 – Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: **Vide restrição anotada no subitem 9.1.2 do item 9.1 – Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: ***Registra-se que o saldo do FUNDEB: [FR 18 – (R\$ 1.780.835,03) subtraído FR 19 – R\$ 1.757.549,70 = deficit de R\$ 23.285,33], diverge do apresentado no Quadro 16-A deste Relatório (R\$ 63.538,19), em razão dos ajustes efetuados pela Instrução.

B RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERAVIT/DEFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	*AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
00	** -2.210.347,60	33.442,62	41.706,68	52.962,40	-119.021,30	-2.457.480,60	DEFICIT
T.	-2.210.347,60	33.442,62	41.706,68	52.962,40	-119.021,30	-2.457.480,60	

Obs.: *Ajuste na FR 00, refere-se à Compensação Financeira do INSS, conforme exposto no Quadro 11-A do item 4.2. e, consta como restrição no subitem 9.1.1 do item 9.1 – Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: **Vide restrição anotada no subitem 9.1.2 do item 9.1 – Restrições de Ordem Legal do Capítulo 9 – Restrições Apuradas, deste Relatório.

